

Assembleia rejeita 5,27% de reajuste e tira indicativo de greve

Os trabalhadores da ECT no MS rejeitaram por unanimidade o índice de reajuste salarial de 5,27% sobre os salários e benefícios apresentados pela direção da empresa. A decisão aconteceu em Assembleia realizada na quarta-feira (04.09), na sede do Sintect-MS (Sindicato dos Trabalhadores em Correios, Telégrafos e Similares de MS), em Campo Grande, e também aprovou o indicativo de greve a partir do próximo dia 17 de setembro, caso a empresa não avance na contraproposta.

Esta é a primeira proposta apresentada pela direção da ECT e ficou bem distante da reivindicação apresentada pelos trabalhadores. A categoria pede a reposição do índice de inflação de agosto de 2012 a julho de 2013 calculado em 7.13% pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Sociais e Econômicos), repassados aos benefícios, acrescidos de mais 15% de aumento real.

A rejeição da proposta será apresentada pelo Comando Nacional de Negociação da Fentect à direção da empresa no próximo dia 10 de setembro (terça-feira), em Brasília, quando haverá uma nova negociação e a categoria espera que a contraproposta da empresa seja melhorada em razão do bom desempenho financeiro obtido nos últimos anos.

Lucro da empresa aumenta em 18%

Para o Secretário Geral do Sintect-MS, Alexandre Takachi, a ECT tem condições de apresentar uma contraproposta decente para os trabalhadores, pois obteve um lucro líquido de R\$ 1,044 bilhão de reais em 2012, cerca de 18% superior aos R\$ 882,7 milhões de reais registrados no ano anterior. Os

**APROVADO
INDICATIVO
DE GREVE
17/09**

dados constam no Relatório de Administração de 2012 da empresa, publicado no Diário Oficial da União do dia 22 de maio e é resultado do empenho dos trabalhadores e a consequente exploração da mais valia e com isso registrando o aumento nas receitas.

O documento mostra que a receita total dos Correios em 2012 foi de 16,5 bilhões de reais, alta de 13% em relação a 2011. Nesse valor, destaca-se a rentabilidade das aplicações financeiras, que gerou uma receita de 1,1 bilhão de reais em 2012, com aumento

de 75% sobre 2011 (629,1 milhões de reais).

As receitas com vendas de produtos e serviços postais, segundo os Correios, apresentam bom desempenho não só em 2012, mas ao longo dos últimos cinco anos, o que favorece a expansão dos negócios da empresa. Segundo o relatório, essa receita cresceu nesse período praticamente 50%. No ano passado, a alta foi de 5,8% sobre 2011, passando de 13,7 bilhões para 14,5 bilhões de reais.

ECT fatura mais com Banco Postal

O desempenho positivo também é em função da parceria entre os Correios e o Banco do Brasil com o Banco Postal. De acordo com os dados foram abertas mais de 1 milhão de contas e realizadas mais de 100 milhões de transações, o que resultou à ECT uma receita de R\$ 225 milhões de reais só com esse serviço. Para o dirigente o volume de trabalho tem aumentado em todas as funções, nada mais justo é que a categoria receba um salário decente.

O Sintect-MS também cobra maior diálogo, respeito e valorização por parte da empresa, pois nas duas últimas negociações os índices de reposições e vantagens foram determinados pela Justiça do Trabalho, demonstrando a política de arrocho salarial praticado pela direção da ECT, incompatível com um Governo do Partido dos Trabalhadores.

Ministros do TST condenam PL 4330

Numa decisão histórica, 19 ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) redigiram um parecer que condena em termos duros e enfáticos o Projeto de Lei 4330/2004, que escancara a terceirização e abre caminho a um dramático retrocesso na legislação e nas relações trabalhistas do Brasil, comprometendo o mercado interno, a arrecadação tributária, o SUS e o desenvolvimento nacional.

No dia 27 de agosto, os ministros encaminharam ofício à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara Federal anunciando a posição e denunciando o risco de "gravíssima lesão de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários no País" e redução do "valor social do trabalho".

Apesar da relevância do tema e da inegável autoridade do tribunal, a mídia hegemônica não se interessou pelo fato, que é uma bomba contra o PL 4330, do deputado Sandro Mabel, um capitalista (ou empresário, para quem prefere o eufemismo) de Goiás. O comportamento da mídia não surpreende, mas o silêncio sepulcral diz muito sobre o caráter de classe daquilo que antigamente costumávamos chamar de imprensa burguesa, cujos proprietários têm interesse direto da precarização do trabalho e foram os que mais choraram o veto do ex-presidente Lula à famosa Emenda 3.

Um pronunciamento vigoroso

A Justiça do Trabalho nem sempre favoreceu os interesses dos assalariados, mas o pronunciamento dos 19 ministros do TST sobre o PL 4330 revela muito mais firmeza, ciência, sabedoria e coragem do que as próprias centrais sindicais e alguns líderes de partidos políticos que dizem representar a classe trabalhadora, mas parecem meio perdidos nas brumas ilusórias da conciliação de classes.



O movimento sindical luta para impedir a aprovação do monstro capitalista construído por Mabel. A campanha nacional por sua rejeição integra a Pauta Trabalhista propagada nas manifestações nacionais realizadas nos dias 11 de julho, 6 de agosto e no último dia 30.

Reflitam sobre os riscos embutidos no PL do capitalista Mabel e contribuam para estabelecer a verdade dos fatos e desmascarar as reais intenções

do autor, da CNI e outras entidades patronais que fazem forte lobby no Congresso pela aprovação do projeto. O documento dos ministros é esclarecedor e merece amplo apoio e propaganda. Ajude a divulgá-lo e a enfrentar a conspiração do silêncio da mídia burguesa.

O deputado federal Nilton Capixaba (PTB), líder de bancada, informou que "manifesto apoio à rejeição do PL 4330, de interesse dos trabalhadores do Estado de Rondônia"; da mesma forma categórica se manifestaram Padre Ton (PT), Anselmo de Jesus (PT) e Marco Rogério (PDT), que é membro efetivo da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pelo PDT, em favor dos trabalhadores e assumiram compromisso de rejeitar o PL-4330.

O PL 4330, como é conhecido, é considerado o mais duro golpe contra os direitos e conquistas trabalhistas já tentado nas últimas décadas e tem o potencial de criar no Brasil condições de trabalhos análogas às chinesas, consideradas as mais degradantes do mundo. São duas as principais ameaças aos trabalhadores, sendo a primeira o fato de permitir, a partir da aprovação do projeto, a terceirização de toda e qualquer função numa empresa ou instituição pública acabando, na prática, com todas as conquistas da organização sindical, como convenções e acordos coletivos.

Os deputados federais do MS que compõe a (CCJ), ou seja, quem tem direito a voto do PL 4330 são:

Partido	Deputado Federal	E-mail
PMDB	Fabio Trad	dep.fabiotrad@camara.leg.br
PMDB	Marçal Filho	dep.marcalfilho@camara.leg.br
PSDB	Reinaldo Azambuja	dep.reinaldoazambuja@camara.leg.br

Matéria na íntegra e o parecer dos ministros do TST no site do SINTECT-MS, com a relação completa dos deputados federais que compõe a CCJ.